



A SOCIOLOGIA AMBIENTAL E SEU ESPAÇO POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICO NA PESQUISA MULTIDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Gabriel Bandeira Coelho ¹

Resumo: Que espaço a Sociologia Ambiental consegue preencher nas pesquisas interdisciplinares sobre ambiente na pós-graduação brasileira? Mediante a esta questão, o presente trabalho busca identificar e discutir, ante à tríade Ciências Ambientais, Interdisciplinaridade e Sociologia (Ambiental), como esta última tem se articulado e se inserido nas pesquisas sobre Meio Ambiente nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares em Ciências Ambientais de excelência (com nota 7) no Brasil. Nesse sentido, considera-se relevante observar as significativas disputas e tensões que emergem da interação das diversas disciplinas que constituem os Programas de Pós-graduação Multidisciplinares em Ciências Ambientais (PPGMCA), especialmente para relação da Sociologia, como prática de pesquisa e representada por sociólogos, com as demais disciplinas presentes ali. Opta-se pela Sociologia e não pelas Ciências Sociais, de forma mais ampla, posto que se considera aquela como uma disciplina que se autonomizou ao longo de sua história e por isso possui suas singularidades históricas e institucionais que não são as mesmas, tais quais, a Ciência Política, a Antropologia, a Economia, entre outras disciplinas das ciências sociais e humanas. Neste trabalho será possível visualizar alguns indicadores que estão sendo construídos para mostrar o “lugar” que a Sociologia tem ocupado nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Para tanto, utiliza-se como recorte empírico – dado o universo de 123 Programas em Ciências Ambientais brasileiros – os seguintes Programas: Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (UnB), Ciência Ambiental e Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP).

Palavras-Chave: Sociologia; Interdisciplinaridade; Ciências Ambientais; Discurso.

O século 19 marca a emergência da sociologia como um campo disciplinar do conhecimento científico. Além da influência do positivismo, sobretudo a partir de Auguste Comte e Émile Durkheim, a disciplina se desenvolveu, no apagar das luzes do referido período, em torno de dois outros grandes paradigmas: a dialética e a hermenêutica. Todos estes modelos epistemológicos, com percepções bem distintas entre eles, contribuíram à fragmentação da disciplina em uma série de outros subcampos ou ramos ao longo do século 20, como por exemplo, a sociologia urbana, da educação, do trabalho, do meio ambiente, da ciência, das emoções, do lazer, do desenvolvimento, dentre outras não menos importantes.

De tal modo, segundo Cuin e Gresle (2017), no início do último século

Existiam verdadeiros programas de pesquisa: o determinismo dos ‘fatos sociais’, de Durkheim, a compreensão da ação social de Weber, a lógica dos comportamentos não racionais de Pareto, as formas de interações microssociais de Simmel, as

¹ Doutorando em Sociologia – UFRGS, Brasil. Membro do grupo de pesquisa TEMAS (Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade); gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br



transformações dos tipos de sociedade de Tönnies e não havia muito mais a acrescentar a essas construções parciais do objeto geral da sociologia (CUIN; GRESLE, 2017, p. 08).

Acrescentam ainda estes autores que depois da Primeira Guerra Mundial a sociologia tornou-se um projeto intelectual manifesto, criando um campo, um espaço reconhecido de produções teóricas originais, além de uma série de pesquisas com caráter empírico (CUIN; GRESLE, 2017).

Tendo em vista o histórico sobre o desenvolvimento da sociologia ao longo dos séculos 19 e 20, concorda-se com Rodrigues, Neves e Anjos (2016) quando enfatizam que o positivismo aprisionou, no decorrer deste período, o grande potencial das Ciências Sociais e Humanas – destacando-se, sobretudo, a própria Sociologia – no determinismo da noção de causalidade², caudatária dos pressupostos positivistas sobre os fatos sociais, que se estendeu de Comte (positivismo clássico) até o Círculo de Viena (neopositivismo) e que também ficou conhecido como “realismo epistemológico”. Ainda segundo estes autores, o século 20 possibilitou algumas incursões epistemológicas no modo de se fazer Ciências Sociais, com o objetivo de compreender fenômenos de natureza complexa. Cita-se, como exemplo, a Escola de Frankfurt, a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e a Escola de Chicago, dentre outras. Por sua vez, conforme Rodrigues, Neves e Anjos (2016a),

Com a crise da epistemologia analítica, no final da década de 1960, e com a emergência das abordagens complexas, em detrimento daquelas determinísticas, as ciências sociais passaram a ampliar seus questionamentos aos fundamentos da ciência tradicional, de forma transdisciplinar (RODRIGUES; NEVES; ANJOS, 2016, p. 24).

Deste modo, argumenta-se que a sociologia tem suas próprias características epistemológicas, teóricas e metodológicas, diferenciando-se de outras disciplinas, como a ecologia, agronomia, biologia etc. São por essas diferenciações que a pesquisa sociológica é ressaltada neste trabalho, a partir de uma abordagem da sociologia da ciência. Além disso, é relevante olhar a sociologia a partir dela mesma, em relação com outras disciplinas em um contexto que se diz interdisciplinar. De fato, de acordo com Maranhão (2014, p. 35), “o contexto histórico em que se insere o cientista social também permeia a produção de conhecimento do qual participa em algumas redes de atores”.

Nesse sentido, considera-se importante observar as significativas disputas e tensões – políticas e epistemológicas – que emergem como resultado da interação das diversas e distintas disciplinas que constituem os PPGMCA, especialmente em relação à sociologia, como prática de pesquisa e representada

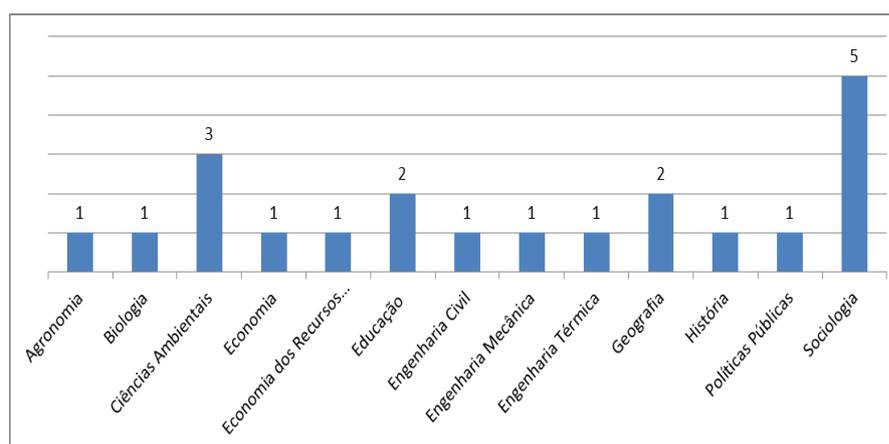
² “A prática da Ciência, desde sua origem, tem privilegiado perspectivas epistemológicas que se sustentam, se amparam, em importante medida, na noção de causalidade (todo efeito tem uma causa, toda causa gera um efeito). Essa forma da ciência de falar sobre os ‘objetos do mundo’ terá correspondência naquilo que a matemática tem chamado de *linear* ou de *linearidade*, posto que *os fatores causais podem ser identificados* (isolados e conhecidos) no tempo e no espaço” (RODRIGUES; NEVES; ANJOS, 2016, p. 26 – grifo dos autores).



por sociólogos, com as demais disciplinas ali presentes. Opta-se pela sociologia e não pelas ciências sociais, de forma mais ampla, posto que se considera aquela como uma disciplina que se autonomizou ao longo de sua história e, por esse motivo, possui suas peculiaridades históricas e institucionais que não são as mesmas, tais quais a ciência política e a antropologia, entre outras disciplinas das ciências sociais aplicadas. Para tanto, é salutar destacar, de modo geral, como tem se desenhado o campo da sociologia ambiental nos PPGMCA de excelência³ da Capes, com o intuito de demonstrar a disposição quantitativa desta disciplina em relação com as demais.

O gráfico 1 abaixo apresenta as divisões por área de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGCDS), da Universidade de Brasília (UnB), recomendado pela Capes em 19 de junho de 1997. Num total de 21 docentes registrados na plataforma Sucupira, cinco são considerados sociólogos, o equivalente a 23,8% (Gráfico 1). Nota-se que do ponto de vista quantitativo este é o Programa que mais integra sociólogos em comparação com as outras disciplinas, quando confrontado aos outros dois programas nota 7 da área. Entretanto, o PPGCDS é o menor em número de docentes. Em relação às suas linhas de pesquisa tem-se a seguinte configuração: a) *políticas públicas, cultura e sustentabilidade*; b) *tecnologia, consumo e sustentabilidade*; e c) *território, meio ambiente e sustentabilidade*.

Gráfico 1: Distribuição dos docentes por área do PPGCDS (UnB) – 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor.

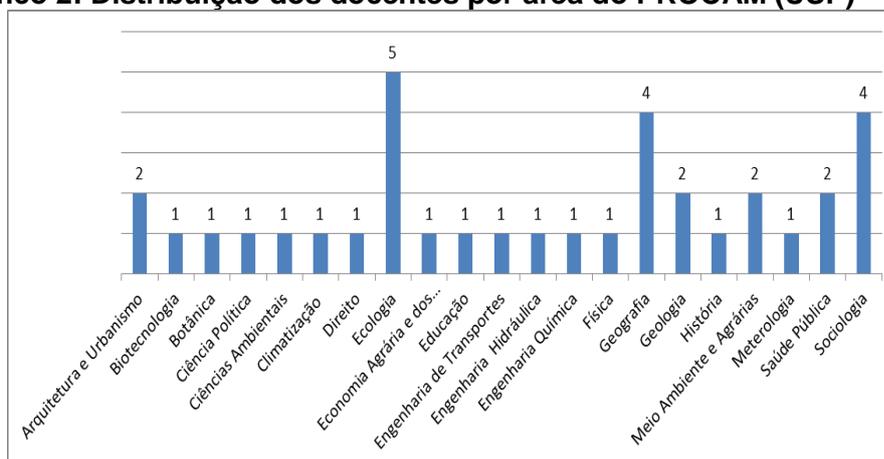
O gráfico 2 abaixo apresenta as divisões por área de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), da Universidade de São Paulo (USP), recomendado pela Capes em 12 de

³ Opta-se pelos Programas de Excelência com nota 7, pois, conforme a avaliação da Capes, são Programas internacionalmente reconhecidos, além de possuírem papel proeminente para o desenvolvimento da Ciência no País. Os Programas de excelência possuem padrões altamente diferenciados (nota 7) – formação de doutores e produção intelectual – em relação aos demais Programas da mesma área de avaliação, bem como atuação análoga a de centros internacionais de excelência de pesquisa na área (CAPES, 2013).



dezembro de 2001. Dos 35 docentes registrados na plataforma Sucupira, quatro são sociólogos, número que equivale a 11,4%. Em se tratando das linhas de pesquisa que integram este Programa, tem-se a seguinte configuração: a) *conservação e desenvolvimento socioambiental* e b) *governança, impacto e modelagem socioambiental*.

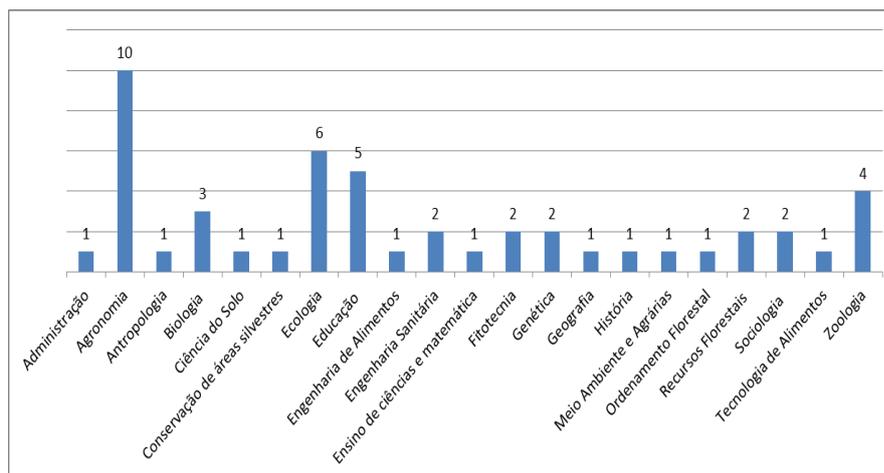
Gráfico 2: Distribuição dos docentes por área do PROCAM (USP) – 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já o gráfico 3 abaixo apresenta as divisões por área de conhecimento no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada, da Universidade de São Paulo (USP)/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), recomendado pela Capes em 1º de janeiro de 2001. Dos 49 docentes registrados na plataforma Sucupira, apenas dois são sociólogos, o equivalente a 4% do total de docentes. No que concerne às linhas de pesquisa do Programa, estas se encontram dispostas da seguinte maneira: a) *ecologia de agroecossistemas*, a qual compreende *biotecnologia ambiental*, *ecotoxicologia*, *sistemas sustentáveis de produção*; b) *modelagem ambiental*, que aglutina *bioestatística*, *biogeoquímica* e *geoprocessamento*; c) *biologia da conservação*, a qual compreende *manejo da vida silvestre*, *padrões de diversidade biológica*, *recuperação de áreas degradadas*; d) *educação*, que engloba a *formação de professores e políticas educacionais*, *ensino de ciências e natureza*, *educação ambiental*; e, por fim, e) *ambiente e sociedade*, aglutinando *comunicação e conservação*, *gestão ambiental*, *sociedade e conservação*

Gráfico 3: Distribuição dos docentes por área do PPGEA (USP) – 2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa sociológica na relação interdisciplinar com as demais disciplinas das Ciências Ambientais merece atenção, visto que tem apresentado ultimamente certa evidência epistemológica na compreensão e interpretação dos problemas e da questão ambiental. Entretanto, no tocante às dimensões de cunho político-institucionais, essa proeminência parece ficar subsumida. Isso significa dizer, em linhas gerais, que *não são raras as contribuições⁴ teóricas e metodológicas das ciências sociais, principalmente da sociologia ambiental, ao campo das ciências ambientais*, demonstrando sua importância epistemológica para os estudos nesta área. Já no que diz respeito às questões político-institucionais, propriamente no cenário de pesquisa brasileiro, é possível inferir que a sociologia ambiental encontra uma série de obstáculos para conseguir mostrar e consolidar suas contribuições nas pesquisas sobre ambiente, uma vez que nas Ciências Ambientais há uma forte hierarquia entre as disciplinas.

O argumento exposto acima é corroborado quando um dos pesquisadores entrevistados salienta que no Brasil

O comitê de ciências ambientais é hegemonizado por biólogos e ecólogos (...). Há uma hegemonia de biólogos e ecólogos e cada vez mais há uma tentativa em 'biologizar' as ciências sociais: maneira de trabalhar, maneira de expor. É um processo que eu chamo de 'biologização das ciências sociais', no sentido negativo (Pesquisador 01)⁵.

A partir do trecho descrito é possível inferir, ainda que de forma conjectural, que mesmo com os significativos esforços forjados em direção à pesquisa interdisciplinar nas ciências ambientais – caráter que pressupõe maior integração, sinergia e cooperação entre as disciplinas envolvidas –, certos nichos

⁴ Algumas das contribuições podem ser encontradas em Beck (2011), Hannigan (1997), Latour (2003), Guivant (1998), Bourg (1997), Stengers (2015); Fleury; Almeida; Premebida (2014) Fleury (2013), Acselrad (2004), Descola (2011), Escobar (2011).

⁵ Os pesquisadores entrevistados possuem algum tipo de formação na sociologia, exceto o "Pesquisador 03". Este participou da formação do Programa observado, além de ter sido seu coordenador por determinado tempo.



disciplinares, neste caso a biologia e a ecologia, ocupam posições hegemônicas no campo da investigação ambiental, sobretudo em níveis político-institucional e epistemológico. Assim, argumenta-se que os conflitos disciplinares, mesmo em programas interdisciplinares, existem, com destaque para as disciplinas das ciências da natureza que parecem determinar as regras já a partir das agências de fomento. A “hegemonia de biólogos, ecólogos” na Comissão de Ciências Ambientais pode ser produto do próprio arranjo das agências, como Capes e CNPq. Em suma, uma relação colocada de cima para baixo, que, de certa maneira, é reproduzida no cotidiano dos próprios Programas em Ciências Ambientais.

Outro ponto a destacar é o quanto a sociologia ambiental possui determinada posição marginal, não só nas pesquisas interdisciplinares em ciências ambientais, mas também nos próprios Programas disciplinares de sociologia. Segundo afirma o Pesquisador 01, “eu raramente sou chamado para uma mesa de sociologia, uma banca de sociologia. Eu sou chamado em bancas de programas multidisciplinares e interdisciplinares. Os colegas da sociologia dificilmente me chamam”. Este fenômeno pode acontecer devido ao fato de que pesquisas interdisciplinares – integrando pesquisadores que se colocam como interdisciplinares e abertos ao diálogo – ainda são vistas com certas restrições na estrutura acadêmica brasileira. Isto aparece no argumento do Pesquisador 02, para quem “a própria Universidade não reconhece, em alguns casos, em alguns departamentos, o diploma dos nossos egressos doutores em desenvolvimento sustentável quando eles se candidatam para a vaga de professor (...). A própria universidade não é muito receptiva”.

Tanto a restrição com as pesquisas interdisciplinares, a partir do rótulo “diz tudo e nada ao mesmo tempo” – também relatado por um dos entrevistados –, como a resistência à interdisciplinaridade são produtos da própria estrutura, da “cultura da disciplinarização” do modelo acadêmico há muito consolidado. Reforça-se esse pressuposto a partir da afirmação do Pesquisador 03, para quem

O principal desafio [à interdisciplinaridade] é a cultura institucional da fragmentação. É muito difícil você trabalhar com uma pessoa que não seja da mesma identidade disciplinar que você, por várias razões. Primeira delas é que as linguagens não são as mesmas. Segundo, que os espaços de atuação institucional são diferentes. Por exemplo, cada um vai para um seminário, congresso, da sua própria associação (...). Eles falam linguagem diferente, frequentam meios diferentes e são reconhecidos por critérios diferentes. Se o sociólogo publica junto com o biólogo numa revista mais próxima da biologia, no caso do Brasil, esse sociólogo vai receber um conceito baixo por essa revista no sistema Qualis da Capes. Por quê? Porque os sociólogos dão pontuação maior para revistas tipicamente de sociologia e os biólogos também [na sua área]. Ou seja, o ordenamento institucional e o sistema de validação e de reconhecimento conspiram contra a integração dessas disciplinas.

Frente ao exposto por este entrevistado, é possível salientar que, de fato, a “cultura” das disciplinas se faz muito presente na produção de conhecimento nos Programas de Pós-Graduação no Brasil, ainda que estes tenham o “ambiente” como objeto central de pesquisa e estejam alocados numa área de avaliação multi ou interdisciplinar. Ademais, não fica evidente na fala do Pesquisador 03 qual o ordenamento institucional que



tem dificultado a interdisciplinaridade nesses Programas. Todavia, pode-se inferir que a principal dificuldade tem início no processo de avaliação e de reconhecimento, tanto por parte das agências de fomento, das revistas, dos projetos de pesquisa e dos próprios programas interdisciplinares. Tal arranjo institucional, logicamente, tende a refletir a "cultura da segmentação" na prática de pesquisa no interior de cada um dos programas interdisciplinares.

Alguns professores decidiram fazer parte de um Programa interdisciplinar em ciências ambientais porque não se sentiam confortáveis em seus Programas de origem, disciplinares. Destacam que a sociologia praticada na pós-graduação brasileira produz conhecimento ainda de forma disciplinarizada, ou seja, os pesquisadores geralmente não se disponibilizam, por diversos interesses e razões, ao diálogo interdisciplinar. Cabe o que um dos entrevistados salienta: "a maioria dos sociólogos no Brasil é 'sociologia futebol clube'", isto é, não estão dispostos a expandir as fronteiras de sua disciplina para dialogar com outras no campo científico.

Uma motivação importante à interdisciplinaridade está ligada ao fato de boa parte dos sociólogos que compõe esses Programas em Ciências Ambientais terem, em maior ou menor grau, uma formação acadêmica mais heterogênea, multidisciplinar. No caso estudado, um desses pesquisadores se graduou em ciências sociais, mas no mestrado e no doutorado foi trabalhar na área das ciências naturais em programas interdisciplinares no exterior; outro transita entre a antropologia e a sociologia, dada sua formação híbrida no mestrado e doutorado. Outro sociólogo ainda, embora tendo toda sua formação na sociologia, enfatiza que "a questão ambiental não pode ser vista dentro de uma bolha", por meio de um olhar sociológico isolado, mas sim através da sinergia e da cooperação de diversas disciplinas, convergindo, neste sentido, para a compreensão de problemas complexos no que tange à relação sociedade-natureza.

Em resumo, identificam-se duas grandes motivações na pesquisa para que os sociólogos façam parte de um corpo docente em ciências ambientais: a lógica disciplinar e atomizada pouco voltada ao diálogo e integração com outras disciplinas ao tratar da questão ambiental, fazendo com que estes pesquisadores migrem para Programas interdisciplinares. Outro motivo reside na própria trajetória de formação e interesse de pesquisa destes sociólogos. Por se tratar de uma formação híbrida ao longo de suas trajetórias acadêmicas, eles não conseguem conceber a questão ambiental com base num processo amplamente disciplinar. Mesmo que sociólogos tenham toda sua formação na área das ciências sociais, ao fazer parte de um programa interdisciplinar em ciências ambientais são estimulados, de diferentes formas, a conceber o ambiente a partir de uma lógica não atomizada e fragmentada. A imersão nesses Programas, ademais, faz com que esses sociólogos não se identifiquem puramente como tal: no Programa observado, um se diz cientista socioambiental, outro se coloca ora como antropólogo, ora como sociólogo e outro se pergunta se ainda é um sociólogo.



Para finalizar: os perfis de sociólogos atuantes nos PPGMCA e o futuro da presente investigação

Frente ao até aqui exposto, é possível destacar, a partir de uma perspectiva conjectural, que muitos sociólogos atuantes na Pós-Graduação brasileira, especialmente em programas disciplinares, estão imersos em conflitos afetivos, epistemológicos e político-institucionais no seu campo de ação profissional e de pesquisa. É com a criação de Programas de Pós-Graduação multi e interdisciplinares, ao final da década de 1990, fomentados pela Capes, que esses profissionais da sociologia passam a vislumbrar possibilidades de escapar das tensões e dos conflitos inerentes a seus Programas de Pós-Graduação disciplinares. Com a perspectiva de buscar novos olhares, novas relações, espaços alternativos para a produção de conhecimento, *status* e por uma série de interesses diversos e bens simbólicos, muitos sociólogos acabam migrando para Programas na grande área de avaliação multidisciplinar da Capes.

A observação empírica da pesquisa até aqui desenvolvida pode levar à inferência, ainda que de forma provisória - e tendo em vista a disposição dos campos disciplinares na pesquisa sociológica brasileira -, que coexistem pelo menos três perfis de sociólogo atuando na Pós-Graduação em Ciências Ambientais no Brasil: o “sociólogo puro”, o “sociólogo de fronteira” e o “sociólogo questionador”.

O “sociólogo puro” é aquele profissional que fez toda (ou boa parte de) sua formação na sociologia. Ele dialoga com outras disciplinas, mas não abre mão de sua identidade como sociólogo. É “puro” no sentido da formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), mas não necessariamente na prática docente e na pesquisa, ou seja, há um esforço, por parte dele, de integrar e cooperar com outras áreas do conhecimento.

O “sociólogo de fronteira” é aquele aberto ao diálogo e à integração com outras disciplinas, transitando, muitas vezes, entre duas ou mais áreas no que tange à produção de conhecimento, reconfigurando sua identidade profissional. Ademais, possui, em grande parte, formação em duas ou mais áreas do conhecimento. Não nega sua identidade de sociólogo, porém não a tem como identificação única. Ele pode, dessa maneira, se colocar, ora como antropólogo, ora como sociólogo, por exemplo.

Por fim, o “sociólogo questionador”, aquele aberto ao diálogo com as demais disciplinas, assim como o “sociólogo puro” e o “sociólogo de fronteira”, mas que muitas vezes questiona (ou até mesmo nega) sua identidade de sociólogo, se auto intitulado de forma heterogênea, como por exemplo, “cientista socioambiental”.

Salienta-se, assim, que os PPGMCA, mesmo com todas as dificuldades para efetivar e definir uma prática interdisciplinar, têm reconfigurado a identidade de cientistas sociais, especialmente de sociólogos, fazendo-os, muitas vezes, “duvidarem” de seus “rótulos” identitários profissionais. Ademais, os PPGMCA têm



servido, grosso modo, como “refúgio”, abrigando sociólogos que trabalham em temas ambientais, uma vez que nos programas disciplinares de sociologia estes, algumas vezes, acabam tendo pouco ou nenhum espaço para desenvolver suas pesquisas.

Destaca-se, também, que o pressuposto referente à questão ambiental como objeto complexo tem atraído os sociólogos para os PPGMCA, uma vez que em programas de cunho disciplinar dificilmente se coloca no centro das discussões a problemática sobre a complexidade do mundo contemporâneo como fio condutor aos estudos e às pesquisas. Entender o ambiente como objeto de natureza complexa, que não mais se limita às fronteiras disciplinares, é condição *sine qua non* para que os sociólogos – que pesquisam as dinâmicas (socio)ambientais – possam se inserir em espaços interdisciplinares, a fim de trazer à cena a relação humanos-natureza(s)-sociedades a partir das lentes da própria sociologia (ambiental) e do paradigma complexo.

Outro ponto a ser salientado, e que merece um olhar mais atento em análises futuras, é o fato de que os sociólogos dos PPGMCA não estão em relação de tensão somente com outras disciplinas que compõem esses Programas. O que se tem percebido, também, ao longo das observações em campo, são conflitos dos sociólogos com esferas externas aos PPGMCA. Tais pesquisadores “lutam” contra o que alguns deles denominam de “biologização” das ciências ambientais e sociais, ou seja, contra uma hierarquia que em determinadas disciplinas hegemoniza a agenda científica e de avaliação, tanto na Capes como no CNPq. Em outros termos, não obstante os conflitos internos e particulares de cada Programa, os sociólogos se veem imersos numa *relação agônica* ou até mesmo antagônica – nos termos da teoria do discurso de Ernesto Laclau (2015) e Chantal Mouffe (2015) – com as próprias agências de fomento à pesquisa no Brasil. Essas agências é que produzem e reproduzem a hierarquização disciplinar há muito consolidada no Brasil, mesmo que em áreas ditas interdisciplinares.

Em tempo: é salutar expor que a problematização teórica no que concerne às relações de sociólogos com as demais disciplinas nos PPGMCA, e também com as agências de fomento, será realizada nas próximas etapas da pesquisa. Ao fim e ao cabo o que se pretende é compreender como se formam as relações antagônicas ou agônicas nos Programas em Ciências Ambientais, a partir da sociologia (ambiental) presente nesses Programas, com base nos pressupostos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, transpondo suas ideias de uma filosofia política para o campo da Sociologia da Ciência.



Referências

CUIN, C. H; GRESLE, F. **História da sociologia** - Depois de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARANHÃO, T. **Produção de conhecimento na sociologia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2014.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F.; DOS ANJOS, J. C. A contribuição da Sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da ciência contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 24-53, jan/abr 2016.

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F.; DOS ANJOS, J. C. Coadjuvante a protagonista? A reflexão epistemológica das Ciências Sociais para Século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 14-23, jan/abr 2016a.